

Câmara Municipal de Salmourão

Rua Prof. Roberto Hottinger, 70 – CEP: 17.720-000 – Tel. (18) 3557-1285
portal: www.salmourao.sp.leg.br e-mail: camara@cmsalmourao.sp.gov.br
Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI Nº 6, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2017

Institui o Programa Agricultura Familiar na merenda escolar, priorizando, para a merenda dos espaços municipais, a aquisição de hortifrúti dos agricultores de Salmourão-SP, transformando o programa em um projeto da área da educação e usando como uma ferramenta de ensino.

CÂMARA MUNICIPAL DE SALMOURÃO decreta:

Art. 1º Com base na Lei Federal nº 11.947, de 16 de Junho de 2009, que determina no mínimo 30% do valor repassado a estados, municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) deve ser utilizado na compra de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas. A aquisição dos produtos da Agricultura Familiar poderá ser realizada por meio da Chamada Pública, ficando instituído assim o Programa Agricultura Familiar na Merenda Escolar.

Art. 2º O Programa Agricultura Familiar na Merenda Escolar constitui-se na compra de hortifrúti, prioritária e diretamente dos agricultores familiares locais para fins de complementação da refeição escolar na rede municipal de ensino.

Parágrafo único - Entende-se por hortifrúti:

I - A atividade agrícola de pequeno, médio ou grande porte que trabalha ou produz em propriedades rurais, espécies de origem vegetal como as hortaliças e legumes, frutas das mais variadas espécies como laranja, limão, banana, abacaxi, entre outros.

Art. 3º O Programa Agricultura Familiar na Merenda Escolar tem por objetivo:

I – Proporcionar aos alunos da rede municipal de ensino uma alimentação mais saudável e orgânica;

II – Proporcionar educação nutricional, ambiental e agroecológica.

III – Proporcionar a construção do conhecimento do processo da produção de alimentos, através de visitas orientadas aos locais de plantios;

IV- Estimular o desenvolvimento das atividades agrícolas, locais e regionais de geração de renda e fortalecimento da integração agricultura e comunidade escolar;

Parágrafo único - O processo de construção do conhecimento das diversas etapas da produção de alimentos inclui o ensino e o debate multidisciplinar sobre a reciclagem e aproveitamento de alimentos, o conhecimento do ecossistema e sua correta utilização, o meio rural e urbano e sua complementaridade e a valorização da cultura produtiva local.

Câmara Municipal de Salmourão

Rua Prof. Roberto Hottinger, 70 – CEP: 17.720-000 – Tel. (18) 3557-1285
portal: www.salmourao.sp.leg.br e-mail: camara@cmsalmourao.sp.gov.br

Estado de São Paulo

Art. 4º O Programa Agricultura Familiar na Merenda Escolar será implantado, gradativamente, nas escolas e creches da rede municipal de ensino, respeitando:

I - A posição do Conselho Escolar da instituição;

II - A agricultura familiar local;

III - As orientações do setor de nutrição escolar da Secretaria Municipal de Educação de Salmourão;

IV - As normas e disposições legais relativamente à utilização e prestação de contas de recursos públicos.

Art. 5º O Programa Agricultura Familiar na Merenda Escolar poderá funcionar em regime de cooperação entre a Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Agricultura, as escolas municipais, a Associação dos Produtores Rurais de Salmourão e em parceria com o Executivo Municipal.

Art. 6º Para fins da cooperação e parceria, deverão ser respeitados os seguintes preceitos:

I - os pequenos produtores que optarem pela participação no Programa, entre outras exigências regulamentadas pelo Executivo Municipal, deverão:

a) fornecer hortifrúti às escolas em conformidade com o cardápio estabelecido;

b) garantir a entrega de produtos de qualidade nas datas e quantidades previamente acordadas;

c) participar das atividades de integração promovidas pelas escolas.

II - A Prefeitura Municipal de Salmourão, optando pela cooperação e parceria, dentre outras atividades regulamentadas pelo executivo para fins desta lei, definirá a metodologia utilizada para calcular o preço dos produtos; bem como a utilização de meios legais para realizar licitações internas e competitividade por melhor preço.

III - A Secretaria Municipal de Agricultura, optando pela cooperação, dentre outras atividades regulamentadas pelo Executivo Municipal, poderá:

a) Organizar e indicar os produtores responsáveis pelo fornecimento dos produtos às escolas;

b) Acompanhar e assessorar os produtores no processo produtivo e promover atividades de qualificação e treinamento.

IV - A Secretaria Municipal de Educação, dentre outras atividades regulamentadas pelo Executivo para fins desta Lei, deverá:

a) orientar o cardápio e os produtos a serem adquiridos;

b) introduzir, no currículo escolar, programas e debates sobre a qualidade dos alimentos e sua relação com a qualidade de vida das populações e do planeta;

Câmara Municipal de Salmourão

Rua Prof. Roberto Hottinger, 70 – CEP: 17.720-000 – Tel. (18) 3557-1285
portal: www.salmourao.sp.leg.br e-mail: camara@cmsalmourao.sp.gov.br
Estado de São Paulo

- c) acompanhar a implantação do programa nas escolas municipais;
- d) fiscalizar o bom andamento do projeto junto aos parceiros e colaboradores;
- e) repassar recursos para as escolas adquirirem os produtos hortifrúti dos pequenos agricultores;
- f) orientar a prestação de contas.

V - As escolas, de acordo com o plano gradativo de implantação do Programa a ser regulamentado pelo Executivo Municipal, deverão:

- a) adquirir os produtos hortifrúti dos produtores familiares locais, nos termos desta Lei;
- b) preparar os alimentos e distribuir para os alunos durante a refeição escolar;
- c) formar e ensinar hábitos alimentares mais saudáveis;
- d) construir conhecimento sobre a geração de renda local;
- e) debater, em sala de aula ou em atividades extraclasse, a qualidade da alimentação agroecológica;
- f) potencializar atividades educativas na temática;
- g) realizar visitas de campo para conhecer como os alimentos são produzidos;
- h) entender a relação homem/natureza e todos os processos ecológicos;
- i) aprender a preservar o meio ambiente.

Art. 7º O processo de construção de conhecimento proposto por esta Lei se dará por inclusão multidisciplinar do tema nos programas de ensino das diversas disciplinas e por atividades extraclasse que objetivarem a integração de alunos, professores e comunidade.

Art. 8º As despesas decorrentes dessa iniciativa correrão por conta de dotações orçamentárias já existentes, oriundas do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e de contrapartida municipal.

Art. 9º O Executivo Municipal regulamentará esta lei a partir da data de sua publicação.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Salmourão, 15 de fevereiro de 2017.

DIEGO DELMORE MORENO
Vereador

Câmara Municipal de Salmourão

Rua Prof. Roberto Hottinger, 70 – CEP: 17.720-000 – Tel. (18) 3557-1285
portal: www.salmourao.sp.leg.br e-mail: camara@cmsalmourao.sp.gov.br
Estado de São Paulo

JUSTIFICATIVA

Sendo o Brasil um país onde a desigualdade econômica e social é gritante, apesar de todas as iniciativas governamentais na tentativa de amenizar tais discrepâncias, é de suma importância encontrarmos alternativas viáveis para sanar as dificuldades de abastecimento e de alimentação. Com o atual processo de globalização, esta situação tende-se a agravar, uma vez que o setor agrícola produz significativamente, prevendo a venda num mercado amplo e globalizado, entretanto, as expectativas não ocorrem como o esperado, provocando sobras de alimentos, que veem a ser descartados, enquanto milhões de brasileiros padecem com a falta de alimentação saudável e com a fome. Então, neste contexto, a agricultura familiar veio como alternativa na geração de empregos e renda, bem como no fornecimento de alimentos saudáveis, mas em menor quantidade, evitando, assim, o desperdício.

Ademais, a agricultura familiar na merenda escolar poderá ser uma ferramenta educacional eficaz, podendo ser implantada no currículo dos alunos através de aulas teóricas e práticas, bem como ensinar desde o processo de produção dos alimentos até a preparação da merenda, ensinando aos alunos dos espaços municipais a importância da agricultura local para o bem-estar e a qualidade de vida das pessoas. Em contrapartida, todo este projeto poderá desencadear o interesse das crianças e jovens do meio rural pelo trabalho, incentivado pelo ambiente familiar, podendo assim buscar conhecimentos através de cursos em áreas agrárias deixando o interesse de buscar empregos em outras cidades, dando continuidade ao trabalho familiar e trazendo novos mecanismos para produção alimentar, bem como a preservação ambiental local, aprendendo e investindo em métodos agroecológicos capazes de minimizar o impacto ambiental causado pela produção de alimentos.

A agricultura familiar é uma excelente opção para a produção de alimentos de qualidade e de baixo custo, já que haverá redução em transporte e no tempo de produção. Destaco que no âmbito federal, contamos com a Lei 11.947/09, que determina a utilização de, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) na compra de produtos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural para a alimentação escolar. Com o objetivo prioritário de adquirir hortifrúti da agricultura familiar para a utilização na merenda escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino transformando todo este programa em um projeto da área da educação, a proposição visa ainda valorizar a cultura alimentar local com respeito ao ambiente familiar, estimulando a geração de emprego e renda. Outrossim, a aprovação desta proporcionará uma alimentação mais saudável aos alunos, permitindo-lhes compreender a importância em consumir alimentos de qualidade e aprender sobre o impacto da agricultura no meio ambiente, sobre o ciclo vital das plantas e suas propriedades nutritivas.

Reforço ainda que as despesas decorrentes deste projeto já são executadas pela Prefeitura Municipal para o fornecimento de refeição escolar, com recursos do PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar, de forma que projeto apenas permitirá a descentralização da execução da compra dos hortifrúti, repassando uma parcela do recurso recebido para a compra direta pela escola. Colho o ensejo para reiterar a necessidade da aprovação desta proposição.

Cordialmente,

Salmourão, 15 de fevereiro de 2017.

DIEGO DELMORE MORENO

Vereador